

Evolucionismo em Portugal na segunda metade do século XIX: problemas de conceptualização e recepção

PEDRO MARTINS
(Universidade do Minho)

Resumo: A teoria biológica de Darwin, por via directa ou indirecta, influenciou a cultura portuguesa, na segunda metade do século XIX, em campos científicos e não científicos. Nesta medida, importa distinguir entre evolucionismo científico e ideológico (darwinismo social); entre evolução num sentido «mecânico», biológico e não finalista e evolução num sentido teleológico (progresso). Diversos obstáculos condicionaram a recepção do paradigma darwiniano em campos científicos especializados, mas não o impediram. Por outro lado, a teoria de Darwin, mais ou menos alterada pelos evolucionismos de Spencer e Haeckel e, por vezes, combinada com o positivismo comtiano, foi usada por intelectuais progressistas, de vários quadrantes ideológicos, como estratégia de justificação científica das suas propostas políticas e sociais e da sua visão da história (VG Teófilo Braga, Oliveira Martins). Assim, os conceitos darwinianos adaptaram-se bem a perspectivas racialistas que deram caução científica aos nacionalismos identitários recorrentes no pensamento finissecular.

Palavras-chave: Darwinismo, darwinismo social, evolução, evolucionismo, fixismo, progresso, selecção natural, raça, racialismo, arianismo, positivismo, mecanicismo, Comte, Darwin, Spencer, Haeckel, Cuvier, Lamarck, Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Basílio Teles.

Abstract: During the second half of the 19th century, Darwin's biological theory had a direct and indirect influence in Portuguese culture in both the scientific and non-scientific fields.

In this respect, it is worth differentiating: scientific and ideological evolutionism (social Darwinism); evolution, in a biological and non-finalistic sense; and evolution in a teleological sense (progress).

In specialized scientific areas, different obstacles conditioned the reception of the Darwinian paradigm but never prevented it. Moreover, Darwin's theory, at times combined in different degrees with Spencer's or Haeckel's evolutionism and at times combined with Comtian positivism, was used by progressive intellectuals from different ideological backgrounds as a strategy of scientific justification for their particular visions of history and political and social proposals (e.g. Teófilo Braga, Oliveira Martins). In this manner, Darwinian concepts were well adapted to racialist perspectives which would provide scientific leverage to identity nationalism during end of century thought.

Key words: Darwinism, social Darwinism, evolution, evolutionism, fixism, progress, natural selection, race, racialism, Aryanism, positivism, mechanicism, Comte, Darwin, Spencer, Haeckel, Cuvier, Lamarck, Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Basílio Teles.

1. De que forma, e com que alcance, a teoria biológica de Darwin influenciou, em Portugal, os diversos campos do saber e da cultura na segunda metade do século XIX?

Tendo em vista esta questão, pretendemos rastrear, esquematicamente e sem exaustividade, os ecos da selecção natural em alguns vultos representativos do pensamento finissecular português.

Neste domínio, uma boa parte da investigação fundamental foi já realizada por Ana Leonor Pereira num trabalho de leitura obrigatória (Ana Leonor Pereira, 2001), que abarca os campos da filosofia, história e engenharia social. Como a autora reconhece, subsiste ainda um vasto terreno por explorar, quer no domínio científico, quer em outros domínios. E se incluirmos as formas de anti-darwinismo na recepção, em especial de matriz religiosa, o âmbito de pesquisa alargar-se-á consideravelmente.

Importa, para começar, clarificar algumas questões metodológicas e conceptuais. Como tem sido destacado por alguns estudiosos (VG Becquemont, 1992; Ana Leonor Pereira, 2001), a teoria da evolução em causa, atendendo à sua fecundidade, pôde (e pode) revestir estatutos epistémicos e sentidos de interpretação/aplicação diferenciados e até antagónicos. Por isso, os conceitos operatórios usados na história das ideias nem sempre revestem idêntico significado. Com efeito, «evolucionismo», assim como «evolução», ou «teoria da evolução», são termos equívocos, mas especialmente no século XIX. A sua ausência na *Origem das Espécies* (1859) não acontece, de resto, por acaso.

Por um lado, o termo evolução, no quadro das emergentes ciências da vida, em especial na embriologia, radicava-se geralmente

em concepções preformacionistas e epigenéticas, as quais, por diversas razões, dependiam ainda de um quadro pré-darwiniano de abordagem (Canguilhem, 2003). E não só porque o conceito de evolução se cingia ao desenvolvimento ontogenético, ou seja, aos complexos mecanismos ligados à reprodução, nascimento e crescimento dos seres vivos. Na verdade, o paradigma dominante em biologia (Buffon, Cuvier), pressupondo o fixismo e perfeição das espécies, apesar das anomalias e lacunas explicativas que os investigadores iam detectando, continuava a cimentar as diversas teorias preformacionistas e epigenéticas até bem perto da publicação da *Origem das Espécies* (1859). Pressupunha-se, no primeiro caso, que o termo ou fim dos processos de desenvolvimento já estava prefigurado no seu início, num sentido acabado ou perfeito. «A totalidade da forma terminal encontrava-se determinada pela totalidade da forma inicial» (Canguilhem, 1968: 15). Em contrapartida, nas concepções epigenéticas o desenvolvimento das partes constituintes do organismo era sucessivo até chegar ao seu acabamento final. Estes e outros exemplos – que seria fastidioso desenvolver aqui – mostram que o conceito de evolução, no estrito domínio das ciências da vida, antes e depois da revolução darwiniana, recebeu aceções diversas e contraditórias. No entanto, o contributo de Darwin teve o condão de separar definitivamente as águas e questionar severamente os pressupostos essencialistas e fixistas do preformacionismo.

Por outro lado, já num âmbito mais vasto e cronologicamente posterior à publicação dos escritos de Darwin, através dos termos derivados de «evolução» tanto se poderia designar a recepção matizada e diferenciada, em quadro biológico e estritamente científico, da teoria de Darwin (VG as divergências substanciais de Wallace, Huxley, Asa Grey e tantos outros); como a transposição analógica, com significados e alcances divergentes, da teoria para campos epistémicos distintos ou alheios à esfera biológica/estritamente científica. Referimo-nos à teoria social, à filosofia da história, à filosofia política e moral, à engenharia social, etc. A muitas destas manifestações se deu o nome de «darwinismo social», embora o termo evolucionismo por vezes se empregue com o mesmo significado.

Este campo de problemas, de grande interesse para o historiador das ideias e da ciência, tem sido focado, de modo diferente, por autores como Canguilhem, Althusser, Patrick Tort, Ana Leonor Pereira, entre outros. Nesta óptica, as «ideologias científicas» (Canguilhem) ou «filosofias espontâneas dos cientistas» (Althusser) inspiram-se numa teoria científica genuína que opera num campo científico circunscrito e segundo critérios demarcáveis. No entanto, as «ideologias cientí-

ficas» não merecem o estatuto de cientificidade, nem nos procedimentos nem nos objectivos. Na verdade, estão vinculadas à justificação de credos ideológicos e políticos, mesmo que sub-repticiamente. Nessa medida, adquirem sempre uma tonalidade dogmática, totalizante, definitiva, finalista, circular; em suma, dificilmente falsificável ou rebatível com os dados empíricos ou com qualquer outro critério partilhável de cientificidade.

Em todo o caso, as várias formas de evolucionismo, entendido enquanto darwinismo social ou transposição analógica da teoria biológica para o campo das ciências sociais, política e/ou ideologia, consubstanciam um terreno fértil para o estudo da recepção do darwinismo em Portugal e tiveram grande expressão. Por diversas razões os evolucionismos de Haeckel e de Spencer, superando até as formas de recepção genuinamente científicas e *especializadas* – que também marcaram presença –, foram dos mais influentes nas elites intelectuais. E interrogamo-nos se no contexto português finissecular, será possível dissociar os factores epistémicos dos ideológicos e culturais na recepção do darwinismo, atendendo, por um lado, ao seu elevado potencial heurístico e, por outro, às batalhas ideológico-políticas travadas, na segunda metade do século XIX, no sentido não apenas da modernização científica, social e mental do país mas em prol de causas como o nacionalismo e o republicanismo.

Ademais, o problema da demarcação entre o evolucionismo genuinamente darwinista ou seja, científico e o evolucionismo ideológico ou filosófico, permanece actualmente em aberto, da mesma forma que a possível conciliação (ou não) do darwinismo com a religião. Trata-se de um problema geral que transcende o âmbito deste artigo, embora a sua solução nunca tenha sido consensual. De facto, houve sempre perspectivas religiosas compatibilistas ou mesmo pró-evolucionistas, baseadas quer na distinção de planos entre ciência e fé, quer na crítica às perspectivas literalistas ou fundamentalistas das Escrituras e/ou da religião (cf. John Haught, 2009; Michael Ruse, 2009).

Mas, se considerarmos, na esteira de algumas leituras recentes (como a de Yvette Conry), que o próprio Darwin não deixou de aplicar (a partir de 1871, com a publicação da obra *The Descent of man and selection in relation to sex*), a teoria em campos extrínsecos à biologia (antropologia, história, sociologia, moral), reproduzindo, até certo ponto, uma concepção liberal e competitiva (embora sem o radicalismo ou alcance definitivo de Herbert Spencer), o problema torna-se mais complexo a todos os níveis, embora esta linha de interpretação

não seja consensual. Patrick Tort, exemplo relevado, de forma crítica, por Ana Leonor Pereira, rejeita energeticamente as pretensões científicas dos evolucionismos de pendor ultra-liberal e «seleccionista». Assim, a cultura e a civilização, com os seus mecanismos e normas aparentemente anti-seleccionistas (e anti-naturais), que promovem, por exemplo, a protecção e acomodação dos indivíduos mais frágeis, representariam, paradoxalmente, uma vantagem selectiva para a espécie humana, uma espécie de «reversão» do mecanismo da evolução. Ora, nem sempre tem sido seguida ou aceite esta visão moderada e «humanista» do evolucionismo, quer no século XIX, quer mais recentemente, atendendo aos exemplos recentes da sociobiologia e do evolucionismo radical de Dawkins (Dawkins, 2003).

De qualquer forma, no âmbito do século XIX, e num horizonte não estritamente científico mas, por vezes, com raízes científicas, a atribuição de uma carga teleológica e finalista ao termo/conceito evolução pode fornecer uma linha de demarcação segura entre o mecanismo cego, sem finalidade ou desígnio, da selecção natural (e também da selecção sexual) e os evolucionismos ou «darwinismos sociais» que, em muitos casos, tendiam a identificar-se ou confundir-se com teleologias seculares. Porém, a concepção iluminista e antropocêntrica de progresso não é, em última instância, conciliável com a explicação da evolução através da selecção natural.

Paradoxalmente, numa época em que, como tem sido notado (Mandelbaum, Catroga) o historicismo dominava o pensamento das elites e os reformadores sociais – veiculando, na linha das luzes, uma acepção de evolução enquanto desenvolvimento progressivo, faseado e culminante num termo redentor – ergue-se uma teoria, como a de Darwin, genuinamente científica e sem laivos de finalismo antropocêntrico e/ou antropomórfico. Com efeito, o seu enfoque funcionalista excluía à partida tais pretensões (comungadas por criacionistas e historicistas laicos), mas não exactamente nos mesmos moldes do mecanicismo newtoniano. Seja como for, o sucesso epistémico destes dois paradigmas científicos poderosos, desde o iluminismo, servira também para construir narrativas optimistas em relação às potencialidades e realizações da razão humana e até, por arrastamento, uma visão progressista da história e da humanidade.

No entanto, atendendo ao papel decisivo do acaso e da contingência na história natural e na própria origem do homem – o qual actua em diversas instâncias, ambientais e decorrentes das próprias variações individuais aleatórias que, gradualmente e numa escala de tempo extremamente longa, determinam o sucesso das espécies,

grupos e indivíduos na luta pela sobrevivência –, não podia caber na hipótese explicativa de Darwin uma ordem ou um plano prévios, tendentes à realização culminante de uma qualquer finalidade, imanente ou transcendente. Apesar de a hipótese funcionar num plano estritamente natural e científico – não se podendo excluir, *a priori*, a sua compatibilização com narrativas criacionistas e/ou humanistas – mediante a engenhosa separação de *planos* (uma estratégia desde sempre usada por evolucionistas moderados e humanistas laicos ou religiosos) –, as suas implicações eram demasiadas profundas para não causarem abalo em todos os saberes e na própria cultura, tal como veio a suceder. Sem dúvida, o naturalismo radical na perspectivação do homem e das ciências sociais poderia ser um dos corolários da aplicação da teoria ou da sua transposição fecunda para outros planos de abordagem. Da mesma forma, havia razões para que os representantes das narrativas religiosas dominantes, do criacionismo numa palavra, se sentissem preocupados com as implicações perturbantes da teoria em termos antropológicos e até em termos de visão da natureza.

Em última análise, à luz da teoria biológica darwiniana, a espécie humana poderia nem sequer existir e a sua continuidade não estaria garantida, uma vez que as circunstâncias futuras, em articulação com o próprio mecanismo da selecção natural, poderiam ditar a sua extinção ou uma mutação substancial, tal como sempre havia sucedido ao longo da história natural. A espécie humana, apesar de possuidora de um sistema nervoso mais complexo e sofisticado – o que explicava, a par de outros desenvolvimentos anatómicos paralelos (a mão, a capacidade de postura erecta), todas as suas realizações superiores (a linguagem, a arte, a cultura, a civilização, a técnica) – constituía apenas mais um produto, explicável, da evolução e da selecção natural, tal como toda a série dos vivos, não consubstanciando, de forma alguma, o termo final e redentor de um progresso cumulativo. Como defendia Darwin na sua obra sobre *A Origem do Homem*, depois de ressaltar as marcantes diferenças em relação aos restantes animais, não havia nenhuma diferença de *natureza* entre o homem e os mamíferos superiores, mas apenas uma diferença de grau e complexidade, que se atenuava consideravelmente nos primatas, os nossos antepassados mais directos. (Cf. Darwin: 2009: 561).

Assim sendo, entendida na sua formulação original, a teoria darwiniana, a despeito das suas fragilidades e pontos obscuros (assumidos pelo próprio Darwin nas suas obras) foi uma tentativa genuína de explicação científica de uma série de problemas e fenómenos patentemente em diversas disciplinas coevas. Tais como a origem e diversi-

dade das espécies e as suas relações de homologia, diferenciação, filiação, distribuição geográfica; tudo em correlação com a determinação das idades geológicas da terra. Darwin, apesar das cautelas manifestadas em relação ao impacto (científico e extra-científico) da sua teoria – o que atrasou a publicação da *Origem das Espécies* (1859) –, não se preocupou com causas finais e transcendentais, nem procurou preservar algumas teorias bem intencionadas, assimiladas na sua juventude, como a hipótese da criação separada e perfeita de todas as espécies e as teorias catastrofistas em relação às idades da terra (Cuvier).

Não espanta que o paradigma darwiniano, quer nas ciências da vida quer em outros âmbitos aos quais se alargou, tenha superado o horizonte mental do século XIX, sendo hoje, com algumas rectificações e desenvolvimentos, o paradigma dominante, embora naquele contexto tenha havido uma fusão com concepções determinadas pela ideia de progresso, pelo nacionalismo rácico e pelas mais diversas ideologias políticas (republicanismo, socialismo, anarquismo).

Ora, isso foi particularmente nítido, a partir da década de 60/70, em intelectuais finiseculares portugueses de pendor modernista. Pretendia-se conferir às leis do desenvolvimento da história e da sociedade – que eram enquadradas num sentido progressivo mas politicamente orientado (republica, socialismo, etc.) – um estatuto científico equiparável ao das ciências exactas. Embora o darwinismo social não tenha sido o paradigma mais usado em Portugal, teve um papel importante (mais ou menos conciliado com o positivismo de Comte e outras correntes científicas).

Vejamos um exemplo. Basílio Teles, republicano e positivista convicto – embora não propriamente evolucionista –, reflectiu e testemunhou, numa importante obra retrospectiva, o clima intelectual da sua geração. Procurava-se construir uma filosofia do «Progresso» a partir da sistematização dos novos desenvolvimentos científicos, incluindo a teoria da evolução de Darwin:

«(...) a esta conclusão, talvez em excesso audaciosa e sintética, superiormente fecunda todavia, nos levava o que íamos assimilando, embora por fragmentos, noutros ramos do saber: na Geologia e Paleontologia, a concepção das transformações, contínuas e lentas, de Lyell, substituindo-se à das revoluções de Cuvier; na Zoologia e Botânica, a ideia de filiação e variabilidade das espécies, à de sua independência e fixidez; em Química, a doutrina dos agregados transitórios redutíveis a uma única unidade, – o átomo, concebido como um puro centro de energia, à dos corpos simples, fixos, irreductíveis entre si, e resolúveis, cada um,

a um mínimo de matéria ponderável e inerte; na Física, o conceito da conversão e equivalência das grandes forças naturais, ao dos fluidos específicos, ou antes, das forças-entidades. Finalmente, por uma das mais belas generalizações do espírito humano, a Astronomia, deixando de considerar exclusivamente o movimento das massas estelares e planetárias, entrava a especular sobre a estrutura e a formação dessas estrelas e planetas do espaço, enunciando o mesmo princípio fundamental – o desenvolvimento, com diferenciação progressiva, de núcleos nebulosos, primordiais e homogêneos.

É fácil de ver que estas concepções parciais, elaboradas em tão diversos terrenos do vasto domínio da Ciência, convergiam em admirável harmonia, para uma concepção suprema: o Universo incriado e indestrutível, uno na matéria que o constituía e na força que o animava, manifestando-se numa ordem regular e por causas naturais, em fenómenos e seres variadíssimos, mas guardando entre si uma solidariedade estreita, desde a nebulosa até ao astro, desde o protista até ao homem, desde o clã até às mais altas civilizações da Europa. *Tudo se reduzia, portanto, – na Natureza a Evolução, na Humanidade o Progresso* [sublinhado nosso]». (Basílio Teles, [1905] 1968: 36-37).

Analisando as tendências da cultura portuguesa finissecular, uma das quais a simbiose problemática entre a *evolução* e o *progresso*, pode-se concluir que por mais científica, imparcial e objectiva que fosse a teoria de Darwin, não podia deixar ficar ninguém indiferente, quer pelo carácter sensível dos problemas que tentava explicar em moldes científicos (a origem do homem e a sua filiação), quer pela eficácia e simplicidade genial do mecanismo explicativo proposto.

À semelhança do que acontecia ainda com o paradigma newtoniano (cf. Berlin, 2006), embora de modo diferente (tanto no campo de aplicação como nas implicações), a fecundidade epistémica da teoria – ou a sua capacidade para explicar, com eficácia e simplicidade, através de um «padrão unificador», um grande número de factos até aí desconexos ou misteriosos, em particular no âmbito das ciências da vida e da terra – permite compreender em grande medida o sucesso teórico/ideológico num sentido transdisciplinar e por vezes – contra as intenções de Darwin – totalizante e ontológico. Se, lembrando os trabalhos de GUSDORF sobre o iluminismo, a teoria gravitacional de Newton também tinha suscitado usos analógicos e inapropriados em campos alheios à mecânica, por exemplo para explicar a atracção entre os sexos, o que dizer de uma teoria que tinha partido da biologia, um saber mais directamente aplicável à sociedade, pelas analogias que potenciava (e havia potenciado desde sempre)?

Com efeito, o paradigma darwiniano não deixando de se reger por pressupostos metodológicos de cientificidade equiparáveis ao paradigma newtoniano (relação estabelecida entre induções e deduções; estatuto não ontológico e funcional auferido pelos conceitos e leis), possuía a virtualidade de se aplicar com eficácia aos fenómenos mais complexos da vida, pertencentes ao campo das designadas naquele tempo «ciências da organização». Do ponto de vista epistémico, a grande cisão do século XIX, que gerou discussões intermináveis e questionou o monismo epistemológico de cunho positivista, remetia para a divisão – recorrente em diversas taxionomias – entre «ciências dos corpos brutos» (ou inanimados) e «ciências dos corpos organizados», que pressupunham uma totalidade orgânica e não uma mera justaposição de partes. Assim, o mecanismo da Seleção Natural, sendo igualmente funcional e operativo no seu âmbito específico, não se poderia confundir com o mecanicismo newtoniano patente na física e arvorado, por algumas correntes, a paradigma epistemológico definitivo e generalizável a todos os saberes.

Ora, uma das diferenças, não a única, prende-se com o grau de determinismo de cada um dos modelos. O segundo é um modelo absolutamente determinista enquanto o primeiro não (nem mesmo hoje, com todos os avanços proporcionados pela genética se poderá pensar em termos deterministas). E não é porque as infinitas **variações** aleatórias que diferenciam os indivíduos de cada espécie são um factor decisivo na explicação do processo de evolução ou *mutação* das espécies. Trata-se, em suma, de uma forma de explicação do desenvolvimento, que desde sempre, na biologia e nas áreas afins, nunca se pudera confundir ou subsumir no mecanicismo determinista da física e da mecânica, a despeito de certas tentativas falhadas (materialistas e idealistas), no Século XVII e XVIII.

Em suma, o paradigma darwiniano adequava-se perfeitamente à explicação de fenómenos adaptativos, graduais e complexos, como os da biologia e da sociologia, em que, nessa escala mais ampla, estava patente a concorrência e a luta dos organismos (entre eles e com o meio) e não tanto o equilíbrio «estático» – digamos assim – da mecânica newtoniana. Mas, à semelhança das leis gravitacionais, o mecanismo da selecção natural era igualmente inexorável e inelutável (ou as espécies se adaptavam ao meio e resistiam à concorrência das outras espécies ou sucumbiam fatalmente), e nesse sentido havia uma certa dose de determinismo. No entanto – têm-se usado frequentemente metáforas artísticas na caracterização do funcionamento da selecção natural, designadamente pelos autores neo-darwinistas –, o mecanismo

funcionava sempre com base em variações aleatórias – que são afinal constitutivas da vida – e, nessa medida, o acaso e a contingência tinham um papel importante, sendo que a relação entre o ponto de partida e o resultado seria, no quadro evolutivo, imprevisível. Isto reforça a ideia de que não há qualquer lugar na teoria de Darwin para a teleologia, o que não impediu, como sabemos, que a teoria fosse aproveitada nesse sentido.

O contexto social, político e ideológico em que a teoria surgiu e se difundiu explicará outra parte do seu sucesso. Desde Marx, têm-se intentado leituras ideológicas da teoria biológica de Darwin, considerando-a, logo à *partida*, um reflexo dos valores burgueses patentes na sociedade inglesa vitoriana, em particular do clima competitivo de individualismo liberal, que teria influenciado o próprio Darwin, tal como Herbert Spencer. Num certo sentido, isso aconteceu, a ponto de o primeiro usar, a despeito da sua prudência, uma expressão do segundo, a «sobrevivência dos mais aptos», ainda que as suas concepções de evolução não coincidam em pontos decisivos e no próprio ângulo de abordagem. Herbert Spencer, no desenho ambicioso do seu sistema filosófico totalizante, não logrou evitar o teleologismo, acabando por reduzir a evolução a uma forma otimista de progresso, baseando-se numa leitura analógica da embriologia de K. E. von Baer (o progresso como a passagem do homogéneo para o heterogéneo, do simples para o complexo).

Paralelamente, a Economia Política Clássica (Smith, Ricardo, Malthus), criticada com profundidade por Marx, constitui outro exemplo emblemático de associação complexa entre um paradigma epistémico operativo e um modelo social individualista-liberal. A influência decisiva de Malthus em Darwin, além de assumida, é sobejamente conhecida e, de facto, reveste um significado ideológico e cultural inegável.

No entanto, não ameaça a cientificidade da estratégia explicativa de Darwin, caso contrário o seu paradigma não teria vingado. Assim, a relação necessária estabelecida por Malthus entre a progressão paralela dos recursos disponíveis e dos nascimentos teve um enorme contributo, por analogia, na formulação da hipótese da selecção natural. Se os recursos alimentares disponíveis (progressão aritmética) são sempre deficitários em relação aos efectivos populacionais gerados (progressão geométrica), implicando a sobrevivência apenas dos indivíduos mais fortes, serão estes que fatalmente se reproduzirão (pelo menos em maior quantidade), contribuindo para transmitir às gerações posteriores as suas características/variações favoráveis, as que, afinal, haviam ditado o seu sucesso na luta pela vida (luta contra os

outros indivíduos da mesma espécie, contra as outras espécies, por vezes indirectamente, e até contra os elementos). Por redução ao absurdo, dadas as taxas médias de fecundidade de cada espécie, se todos os indivíduos nascidos sobrevivessem, o crescimento populacional seria incomportável para a generalidade das espécies, atendendo aos recursos e dimensão limitados da terra. Darwin generaliza e adapta o argumento de Malthus ao domínio biológico citando exemplos concretos, como o dos elefantes.

Assim sendo, o domínio biológico, de acordo com a teoria de Darwin, em todas as suas fases de desenvolvimento, é fortemente competitivo e violento – sendo marcado pela morte, pela luta e pelo sofrimento, e obviamente pela sobrevivência dos indivíduos/espécies mais aptos e fortes; aqueles, logicamente, capazes de deixar descendência e transmitir as suas características, num processo extremamente lento, gradual e imperceptível, que acaba por se cifrar em mutações importantes nas espécies e eventualmente no surgimento de espécies novas e no desaparecimento de outras. Darwin deita, assim, por terra a imagem harmoniosa, estática e pacífica de certas representações românticas da natureza (religiosas ou mais seculares), incluindo as concepções biológicas derivadas do influente transformismo de Lamarck, baseado num processo, relativamente pacífico, de adaptação dos organismos ao meio, não havendo aí lugar para a selecção natural no sentido darwiniano.

Desta maneira, o «produto acabado» que o zoólogo e o naturalista observam, aparentemente «perfeito», bem sucedido e adaptado às condições ambientais, não traduz todo o sofrimento e luta do processo imperceptível que o gerou (Darwin não incluía a perfeição no seu léxico, mesmo as espécies mais bem adaptadas e sucedidas eram imperfeitas, guardando vestígios dos seus antepassados, sendo que esta era uma prova importante da evolução). Só a paciente reconstrução da história natural feita por Darwin e seus seguidores, a partir de vestígios de espécies já extintas, em correlação com a análise comparativa das espécies existentes e das suas homologias/diferenças anatómicas e relações de filiação, poderia conduzir a um resultado desconcertante (pelo menos para certas teorias e visões da altura) como este e outros (a filiação indiscutível da espécie humana – tal como todas – nas outras espécies, mas numa relação directa com os primatas mais avançados).

Seja como for, uma das leituras ideológicas e sociopolíticas mais vulgares tem sido a individualista e ultra-liberal. Baseia-se, inversamente, numa analogia – discutível e discutida desde sempre – entre a ordem

biológica e a ordem social, generalizando-se os conceitos de *luta pela sobrevivência*, *selecção natural* e *triunfo dos mais aptos* a esta última esfera. Nesta orientação destaca-se Herbert Spencer, autor bastante lido em Portugal na segunda metade do século XIX (cf. Basílio Teles: 1905: 32), mas nem sempre com implicações ultra-liberais e anti-estatistas, que determinavam, por exemplo, que a assistência social do estado às classes desfavorecidas, dado que protegia, artificialmente, os elementos mais fracos, seria anti-científica e indesejável, pois favorecia o enfraquecimento da raça.

Apesar das reservas que rodearam a recepção do evolucionismo spenceriano entre nós, chegou a publicar-se, em 1898 (Lisboa), um resumo de filosofia evolucionista, a partir das suas principais obras, da autoria de Caldas Cordeiro: *Summario da Filosofia Evolucionista de Herbert Spencer – Os Primeiros Princípios – Princípios de Biologia – Princípios de Psychologia – Princípios de Sociologia – A Moral evolucionista*.

Mas, no âmbito dos evolucionismos, a orientação seleccionista esteve longe de ser consensual. Em Portugal, atendendo a uma rede complexa de factores ideológicos, epistemológicos, sociológicos, económicos e políticos não foi sequer a mais importante e seguida, com excepção de Júlio de Matos (cf. Amadeu Carvalho Homem, 2001: 153; Ana Leonor Pereira, 2001: 545-547). Contam-se entre estes factores, os seguintes: o advento do republicanismo e os moldes não inteiramente individualistas da sua teoria social, política e moral; a concorrência entre republicanos e socialistas, que levou os primeiros – quer por razões meramente tácticas, quer por razões mais substanciais (alargamento do conceito de cidadania e da sua base social) – a aproximarem-se mais, nas concepções sociais e nos programas políticos, das propostas igualitárias dos segundos (no «solidarismo» por ex.); as condições específicas da sociedade portuguesa, muito diferente da inglesa no grau de maturação do capitalismo industrial; a relativa hegemonia do positivismo comtiano que era organicista e, correlativamente, filiado num paradigma biológico pré-darwiniano, não conferindo sequer estatuto científico à teoria da evolução por selecção natural; o atraso relativo do desenvolvimento das ciências da vida em Portugal e das ciências em geral, em particular na sua feição experimental.

Ora, independentemente de outros factores explicativos, as derivas ideológicas antagónicas no seio do evolucionismo aconteceram e são concebíveis porque, no limite, é viável – sobretudo se não se seguir uma metodologia escrupulosamente científica e um rigor conceptual –

adaptar os conceitos básicos de Darwin tanto a uma concepção (fortemente) individualista como (fortemente) organicista da sociedade, mas também a concepções de compromisso, como foram, por exemplo, as dos republicanos portugueses.

A discussão, a respeito das unidades básicas – chamemos-lhes assim, à falta de termo melhor – em que se aplica e funciona a selecção natural (indivíduos, classes, grupos, espécies, e mais recentemente genes) ainda não terminou nos dias de hoje, tendo-se revisto profundamente o alcance dos conceitos de Darwin com base em descobertas posteriores, a começar pela genética mendeliana e seus desenvolvimentos mais recentes, do neo-darwinismo até à sociobiologia. Em todo o caso, simplificando grosseiramente a questão, tudo se resume em assinalar que a concorrência e a selecção natural funcionam não apenas a nível inter-individual (luta dos indivíduos da mesma espécie entre si, por alimento, território e pelo sucesso reprodutivo – selecção sexual), mas também a nível inter-grupal e inter-específico (de forma indirecta ou directa – relação entre predador e presa), sendo que é teoricamente admissível conciliar essas dimensões. Daí que seja possível adequar a teoria às mais diversas concepções sociais e políticas, desde que, obviamente, tenham pendor evolutivo e dinâmico (basta pensar na teoria biológica imobilista de Quinon que, já no início do século, fundamentou o reaccionarismo monárquico do Integralismo Lusitano).

Aliás, a segunda obra de Darwin – que curiosamente foi a primeira, em 1910, a ser editada em versão portuguesa –, partindo de uma observação escrupulosa dos hábitos e morfologia dos animais sociais, incluindo o homem, poderia inspirar uma leitura deste tipo. Considerava como vantagens selectivas, no âmbito da luta pela sobrevivência (para efeitos de protecção das ameaças/predadores e melhor aproveitamento das capacidades e recursos), a agregação dos indivíduos de determinadas espécies em comunidades ou sociedades, mais ou menos complexas e hierarquizadas. Atendendo ao sucesso proporcionado na luta pela sobrevivência, essa agregação dos indivíduos em grupos tinha acarretado, ao longo do processo evolutivo, a transmissão hereditária e fixação instintiva de hábitos gregários nas espécies (por exemplo, nas formigas, abelhas, macacos e no próprio homem, de forma mais complexa e sofisticada).

Mas estas leituras divergentes, por si só, não esgotavam o grande potencial analítico e heurístico dos conceitos atinentes à teoria darwiniana da evolução, nem sempre usados na totalidade (evolução e mutação das espécies, descendência com modificações, selecção natural e sexual, etc.). Aliás, praticamente todos os sectores políticos finisse-

culares portuguesas – desde a extrema-direita à extrema-esquerda anarquista – se serviram de versões contraditórias da teoria de Darwin, para legitimar, leia-se *cientificar*, as suas próprias propostas.

Em conclusão, pode-se afirmar sem exageros que, na segunda metade do século XIX português, a recepção do «Newton da biologia» foi condicionada, *não dizemos comprometida*, por outras exigências e motivações que não as científicas. Mas teve sem dúvida um impacto significativo no pensamento das elites intelectuais portuguesas. Se as primeiras traduções portuguesas das obras de Darwin não saíram a lume nesse período, tendo surgido apenas na primeira década do século XX (curiosamente no período republicano), tal não impediu o conhecimento do seu pensamento relativamente cedo, quer em primeira mão, quer em segunda (talvez mais frequente). No primeiro caso, através das edições originais inglesas ou em versões francesas (a cultura portuguesa finissecular era maioritariamente francófona); no segundo, pela via mais indirecta das diferentes versões do evolucionismo (Haeckel, Spencer, Le Dantec, Quatrefages, etc.).

Seja como for, num contexto marcado por fracturantes lutas sociais e políticas, a ciência, em particular a biologia – dadas as suas virtualidades epistémicas e heurísticas –, foi usada como poderosa «arma ideológica», sendo que o enlace entre o positivismo e o republicanismo não constituiu o único exemplo mas terá contribuído também para isso, na medida em que podia favorecer leituras biológicas do social.

Devemos ressaltar, em contrapartida, a forma prudente, criteriosa, aproximativa e empiricamente fundamentada, como Darwin se exprime nas suas obras; mesmo quando se alarga para campos extrínsecos à biologia. Assim sendo, «evolução», «luta de raças», «luta de classes» e «triunfo dos mais aptos» no plano da concorrência vital/social foram expressões que, nos seus pressupostos e implicações, acabaram por traduzir desvios significativos em relação à prudente formulação original do naturalista inglês.

2. Para melhor sistematização das formas diferenciadas de recepção da teoria de Darwin em Portugal, vamos dividi-las em três núcleos fundamentais, explicitando (provisoriamente) os campos epistémicos em que se deram:

a) Em primeiro lugar, devemos relevar os campos científicos na sua autonomia própria, independentemente de não serem estanques a opções ideológicas e políticas e às contingências relacionadas com a história das instituições científicas. Levanta-se hoje a questão de

saber se a recepção da teoria de Darwin em Portugal, na segunda metade do século XIX, revestiu realmente importância científica e avaliam-se os diversos obstáculos epistemológicos, sociológicos e institucionais que impediram ou atrasaram o seu enraizamento e consagração nas teorias e práticas científicas.

Todavia, só uma investigação de fontes primárias, mais pormenorizada (de âmbito genérico ou monográfico), poderá esclarecer a questão, independentemente de se considerarem, à partida, factores adversos, como, por exemplo, o excessivo enraizamento, nas elites intelectuais progressistas de finais de oitocentos, do positivismo comtiano e, no campo científico, de concepções fixistas e pré-darwinianas.

O positivismo comtiano era, como afirmámos, rigorosamente pré-darwiniano na sua perspetivação da biologia; além de finalista na concepção derivada do progresso e da história, como mostraram, por exemplo, os estudos de Canguilhem (Canguilhem, 2002: 73). O progresso, em todos os organismos (biológicos e sociais) estava subordinado a uma ordem/equilíbrio e tendia para ela, tanto em termos estáticos como dinâmicos, tanto a nível epistémico como ôntico. Todavia, a concepção conservadora e holista implícita aqui (decorrente de uma biologia «organicista» do tecido e não da célula, ao contrário da de Spencer) não foi seguida à letra pela maior parte dos intelectuais republicanos (Basílio Teles foi uma excepção), tendo em conta a fundamentação de um projecto político demo-liberal (escapa ao âmbito deste artigo, por ser tema já suficientemente estudado, explicar como o positivismo comtiano e outros científicismos serviram de modelo de justificação do republicanismo, a partir dos anos 70). Seja como for, a influência matricial de Comte, assim como a de Spencer, com outro alcance (e sobretudo a de Littré), condicionou e modulou a recepção da evolução darwiniana, em particular nos autores que, heterodoxamente, procuraram conciliar o evolucionismo com o positivismo comtiano. Tal é o caso emblemático de Teófilo Braga, um dos mais importantes vultos do republicanismo português, que ocupa, justificadamente, um espaço considerável no estudo de A. Leonor Pereira.

Paralelamente, as concepções lamarckianas ou transformistas de origem francesa, também exerceram grande influência nos intelectuais portugueses, a ponto de alguns, como o psiquiatra Miguel Bombarda (positivista, materialista, republicano), não aceitarem a selecção natural enquanto mecanismo-chave da evolução (o que, recorde-se, também havia sucedido, embora com significado diferente, com evolucionistas genuínos como T. Huxley, o «buldogue de Darwin»), sobrevalorizando na sociologia, na biologia, e até mesmo em psicologia, os factores

ambientais ou mesológicos na explicação dos processos evolutivos, quer em termos ontogenéticos, quer em termos filogenéticos. Se pensarmos nas orientações políticas e sociais de Miguel Bombarda, de pendor mais socializante no espectro demo-liberal do republicanismo, compreende-se a opção.

Mas, esta orientação, ao conferir importância decisiva aos factores ambientais, em detrimento dos factores hereditários, casava-se bem com as propostas reformistas republicanas mais avançadas, por exemplo, no campo da educação, e com o seu sociologismo matricial, que radicava, aliás, num pressuposto optimista e iluminista (extra-científico) em relação ao homem e à sua perfectibilidade.

Também não sucede por acaso, que no âmbito da psiquiatria e da criminologia, não se tenham seguido à risca as concepções, excessivamente centradas na hereditariedade e nos factores hereditários, oriundas da escola italiana de Lombroso.

Mas o que se passava no âmbito mais directo das pesquisas em ciências naturais, sobretudo as mais relevantes para esta genealogia (Zoologia, Botânica, Geologia, Paleontologia, etc.)?

De acordo com Ana Leonor Pereira, «no domínio das ciências naturais, a teoria darwiniana conheceu, entre nós, dificuldades de implantação, em larga medida porque a botânica e a zoologia portuguesas encontravam-se na fase de inventariação, descrição, identificação e classificação das espécies, segundo os moldes estáticos de Lineu e Cuvier e, portanto, à margem dos problemas genealógicos (origens, afinidades, filiação, etc.)» (Ana Leonor Pereira, 2002: 67). Mais, segundo Germano Sacarrão, um dos estudiosos da recepção de Darwin em Portugal, o darwinismo não entrara verdadeiramente na universidade portuguesa até bem perto no século XX.

Mas estes condicionamentos – que podem ter alguma relevância na explicação do facto quase insólito de não haver traduções de Darwin até 1910, contrariamente ao que sucedera na Europa e até fora dela (cf. Ana Leonor Pereira: 617-622) – não impediram que importantes cientistas e investigadores portugueses aderissem, sem reservas, à senda revolucionária aberta por Darwin, tendo seguramente, através dos seus escritos e magistério, deixado raízes duradouras na cultura científica da época. A par de muitos outros, os dois exemplos mais sonantes que cumpre referir são **Júlio Augusto Henriques (1838-1928)** e **Francisco de Arruda Furtado (1854-1887)**, naturalista auto-didacta, o único português que se correspondeu com Darwin.

Júlio Augusto Henriques é considerado, com inteira justeza, o introdutor, na década de sessenta, das ideias darwinistas em biologia,

tendo desenvolvido a sua actividade científica no campo da Botânica (cf. Ana Leonor Pereira, 66-69). Nessa qualidade, leccionou na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra, dirigiu o *Jardim Botânico* e fundou a *Sociedade Broteriana* e o *Boletim da Sociedade Broteriana*.

Em 1865 apresentou uma dissertação para o acto de conclusões magnas, sob um título sintomático (*As Espécies são Mudáveis?*). Aí defendeu o essencial da teoria de Darwin, numa óptica rigorosamente científica. Pouco depois, em 1866, na sua dissertação de concurso (*Antiguidade do Homem*), terá provavelmente antecipado as conclusões da obra de Darwin de 1871, uma vez que generalizou a evolução por selecção natural ao estudo científico da origem da espécie humana. Segundo Leonor Pereira, «Nestes dois trabalhos excepcionais [...] [J. A. Henriques] analisa todas as provas da teoria darwiniana: as provas geológicas, paleontológicas e biogeográficas, as provas da anatomia comparada, da morfologia e da embriologia disponíveis na época; as ilações tiradas da selecção artificial e do hibridismo, etc.... Também revela que inteligiu fielmente a ideia darwiniana de evolução, não a confundindo com a ideia de progresso necessário e teleológico, nem vendo no seu mecanismo – a selecção natural – algum demiurgo com intentos pré-determinados» (Ana Leonor Pereira, 2001: 68).

Por seu turno, as ciências sociais e humanas, ainda em processo de cientificação e, por isso, mais permeáveis a pressupostos ideológicos, filosóficos e epistémicos (como o positivismo comtiano, o nacionalismo romântico ou o hegelianismo), representam também um campo digno de estudo, tendo-se registado algumas incidências fecundas na antropologia, na etnologia, na sociologia e na história. Aí se destacam, entre muitos outros, autores como Teófilo Braga, Augusto Coelho, e até Oliveira Martins.

A um nível mais aplicado da ciência, a engenharia social (ou aplicação da ciência à transformação/melhoramento planificados da sociedade) constitui, no período finissecular e primo-novecentista – atendendo às orientações científicas descritas –, um campo fecundo de pesquisa. Não há dúvida que existe uma relação directa entre o advento do darwinismo em biologia e a defesa de soluções eugénicas. Dito de forma simples, o que está em causa é a possibilidade de aplicação da selecção artificial à espécie humana, com vista ao seu melhoramento. Resta saber com que alcance. Se numa óptica meramente auxiliar da selecção natural, se numa óptica mais radical e drástica de melhoramento, que poderia envolver medidas eliminatórias dos indivíduos mais fracos, doentes, etc. O tema é demasiado complexo nas

suas implicações científicas, culturais e filosóficas para o podermos tratar aqui com um mínimo de profundidade.

Na tradição anglo-saxónica, alemã e nórdica, a eugenia tomou por vezes esta dimensão radical e eliminatória. Ora, em Portugal, por diversas razões, mesmo apesar do racialismo arianista, as visões deste tipo não vingaram. A eugenia teve um carácter mais higiénico. Um exemplo óbvio foi a defesa, pelo menos a nível teórico, de estratégias eugénicas preventivas, em relação a todo o tipo de patologias hereditárias. O enquadramento médico dos casamentos foi, obviamente, um dos campos considerados. Todavia, mesmo neste aspecto, as concepções e propostas eugénicas, de um modo geral, tiveram um alcance moderado e prudente, talvez devido à influência das concepções lamarckianas e do humanismo republicano ou mesmo cristão: «Em Portugal, o combate ideativo pela boa descendência nunca se traduziu na defesa de meios eugénicos radicais, como a esterilização artificial preventiva, a eliminação de recém-nascidos e a formação de uma elite procriadora» (cf. Ana Leonor Pereira, 2001: 550-552). (Idem, 550).

b) Como ficou patente na introdução, os campos extra-científicos ou para-científicos, também não poderiam ser excluídos nesta investigação.

Para começar, a filosofia constitui, inegavelmente, um território de eleição num estudo de recepção das ideias de Darwin. A emergência de paradigmas revolucionários nas ciências sempre influenciou o pensamento filosófico, de uma forma ou outra. Com efeito, a sua teoria evolutiva pode afectar e relacionar-se com diversos problemas filosóficos, a começar pelos epistemológicos (distinção entre ciências mecânicas e ciências da vida, concepção de desenvolvimento e evolução, etc.), não se esgotando nesse campo. A filosofia da história, a moral, a filosofia social e política, a antropologia são, entre outros, terrenos permeáveis a formas de evolucionismo ou, se quisermos, de contra-evolucionismo ou anti-darwinismo. No domínio do pensamento laico, é também concebível pensar em formas de anti-darwinismo ou anti-evolucionismo, que não implicam necessariamente a rejeição da selecção natural no terreno estrito da biologia e da ciência.

Arte, literatura; teorias estéticas e literárias: parece-nos, à partida, um campo pouco estudado, mas com grande interesse. Não o abordaremos neste ensaio. Em todo o caso, os famosos poemas de Antero e de Angelina Vidal, que ilustram, de modos muito diferentes, a evolução, serão apenas dois exemplos entre muitos.

c) Anti-darwinismo.

Eis, por razões óbvias, um campo de pesquisa da máxima relevância. Não o trataremos neste artigo por razões de economia.

Atendendo à orientação católica ortodoxa, e, por vezes, ultramontana, de sectores importantes da cultura portuguesa finissecular e de início do século, designadamente pensadores católicos, neo-escolásticos e teólogos, este é um campo obrigatório de estudo, que deve ser contextualizado em função das posições oficiais da própria Igreja na altura e de outros factores. Mesmo que se rejeitem as leituras literalistas ou simplistas das Escrituras e se respeite o terreno imanente e específico da ciência, está em causa – pelo menos a nível teórico, sublinhe-se –, com a difusão das ideias darwinianas, o cerne da própria religião: o criacionismo, a imagem do homem, a fundamentação da antropologia, a relação entre natureza e homem.

4. Na esteira do contributo pioneiro de Ana Leonor Pereira, resta-nos apresentar, sumariamente, aspectos do pensamento de alguns autores portugueses representativos que sofreram influências de Darwin, de forma a esclarecer o alcance e significado dessa influência.

Antero de Quental (1842-1891)

Antero destaca-se pela sua crítica ao evolucionismo de Haeckel, um dos pensadores científicistas mais lidos em Portugal na segunda metade do século XIX e no início do século XX. Haeckel, a despeito das citações elogiosas de Darwin na sua obra de 1871, não foi tão prudente, nas suas extrapolações e conclusões, em regra definitivas e dogmáticas, como o naturalista inglês, estando, assim, mais próximo da divulgação científica ideologicamente comprometida do que da pesquisa científica autónoma e ponderada. Isso não impediu o seu sucesso editorial nem a sua influência marcante em certos sectores da intelectualidade portuguesa, como os republicanos de filiação positivista, que procuravam um «breviário» para justificar os seus pontos de vista (e a sua preeminência enquanto poder espiritual concorrente da Igreja e das Congregações Religiosas), à luz das certezas inquestionáveis da ciência.

Antero de Quental, no campo da filosofia, foi, certamente, o mais fino crítico português do monismo evolucionista de Haeckel. Independentemente de não ter logrado construir um sistema filosófico alternativo (nem isso importa aqui) nem ter deixado obra extensa, os argumentos críticos aduzidos no seu brilhante e curto opúsculo de 1886,

A Filosofia da Natureza dos Naturalistas, são, sem dúvida, percucientes e denunciam a fragilidade filosófica das concepções criticadas. Nem todos os argumentos interessam directamente para a questão em foco embora tenha interesse referi-los aqui.

Um argumento crítico reiterado no ensaio é o de que os sequazes do monismo, embora pretendessem basear-se apenas nos dados da ciência e recusassem energicamente a metafísica (tendência comum a todos os cientificismos, incluindo o positivismo) acabavam fazendo má filosofia, ou filosofia não assumida, a qual não tinha uma base crítica (nem científica) satisfatória. Na verdade, ao apresentarem dogmaticamente as suas conclusões definitivas sobre a constituição última do universo, a matéria, a liberdade, o determinismo, estes autores ultrapassavam o horizonte meramente fenoménico e limitado de explicação da ciência invadindo, de forma ilegítima, o campo da filosofia, isto é, da metafísica.

Esta crítica, que poderia incidir sobre qualquer forma de evolucionismo (enquanto ideologia científica), conduz Antero à apresentação da sua tese central sobre os papéis complementares, não confundíveis mas indispensáveis, da ciência e da filosofia (metafísica), cada uma no seu plano de abordagem próprio. Naturalmente, poderíamos inferir que a teoria da selecção natural caberia no primeiro plano e não se poderia usá-la num modelo de explicação simplificado dos problemas éticos e políticos, por exemplo. É essa, *grosso modo*, a tese de Antero.

Antero mostra assim, com inteira pertinência, que os monistas superavam, abusivamente, o âmbito fenoménico-relacional da ciência e, pela sua falta de preparação técnica filosófica, acabavam fazendo má filosofia. Isso significava, neste contexto, cometer imprecisões conceptuais e até incorrer em contradições internas: na definição da noção de matéria, por exemplo. Este era um ponto importante. Antero sustentava que uma das missões da filosofia da natureza era apresentar uma boa definição do conceito de matéria, aspecto em que os monistas haviam falhado redondamente.

Assim, o monismo, ou corrente que defendia uma «concepção unitária da substância», quer esta se definisse como força ou movimento, mostrava-se também incapaz de dar conta da diversidade e heterogeneidade da realidade. Outro aspecto problemático era defender-se a espontaneidade da matéria no quadro de uma física da inércia que contradizia automaticamente a noção de espontaneidade (auto-determinação). Porém, as críticas não se esgotavam aqui.

Vejamos os argumentos que envolvem directamente o conceito nuclear de evolução.

Um deles é de natureza epistémica mas encerra também alcance ôntico. Segundo Antero, o conceito de evolução, tal como era entendido por Haeckel e seus sequazes portugueses, jamais se poderia generalizar a todas as ciências e adquirir o carácter totalizante pretendido, nem sequer no domínio taxionómico, quanto mais a um nível ontológico, pois aplicava-se apenas em algumas ciências. Assim, caía por terra a possibilidade de construir um evolucionismo totalizante à maneira de Haeckel e Spencer.

Em todo o caso, devemos questionar se a filosofia de Antero, embora reclamando-se de uma concepção *evolutiva*, isto é, *progressiva*, da história e procurando integrar o evolucionismo científico (colhido, ao que parece, em segunda-mão) na sua síntese filosófica ambiciosa, seria realmente compatível com uma qualquer forma de evolucionismo darwiniano.

A conclusão do seu ensaio é taxativa:

«Creio com Haeckel, assim como com Schelling, Hegel, Hartmann, Comte e Spencer, que é no terreno da evolução que essa grande síntese [filosófica] tem de ser construída, e que, depois do século XVIII e depois de Kant, já não é possível uma filosofia que não seja essencialmente uma *teoria geral do desenvolvimento* [sublinhado nosso], isto é, uma filosofia da evolução. Mas creio também que a organização da ideia de evolução nessa teoria geral do desenvolvimento é problema que excede muito a capacidade especial das ciências da natureza, quero dizer, a esfera teórica dessas ciências, porque excede os limites e alcance do puro espírito científico» (Antero de Quental [1886], 1986: 112).

Na verdade, o poeta açoriano subordina o seu conceito de evolução a uma ideia superior de finalidade espiritual, demarcando-o, com acerto, do mecanicismo materialista de Haeckel e de todas as concepções científicas associadas, incluindo o positivismo que, erroneamente, coloca no mesmo plano conceptual do materialismo monista. Trata-se da antinomia clássica e inultrapassável entre mecanismo e finalidade, antinomia que assombrou a coerência lógica do ideário republicano e da epistemologia positivista.

Em última análise, com base no paradigma epistémico da física newtoniana e na sua noção basilar de inércia (mecanicismo materialista de Haeckel e seus sequazes), jamais se poderia compreender, segundo o poeta açoriano, os movimentos complexos e auto-determinados dos seres organizados, e, em última análise, o conceito geral de evolução ou desenvolvimento (patente na história e nas «ciências da organização») que não era quantitativo/mecânico, se quisermos justaposicional, mas sim qualitativo e progressivo, uma vez que envolvia um acréscimo

ontológico/qualitativo em cada etapa ou momento, progressão essa que não se entenderia senão em função de um telos orientador e aferidor. Da mesma forma – embora estivesse em causa um nível de complexidade superior nas ciências da vida (Antero recupera, apesar das suas críticas, a taxinomia comtiana – Generalidade decrescente, complexidade crescente) –, a evolução encarada num sentido puramente filogenético (como na teoria de Darwin) também não poderia dar conta desse acréscimo ontológico e qualitativo:

«[...] Não só o movimento em geral (o movimento em si, independentemente de qualquer ideia de desenvolvimento) é racionalmente inexplicável e, por conseguinte, inconcebível sem a ideia de finalidade ou de causa final, mas que mais particularmente a evolução, isto é, o movimento como hierarquia ou desenvolvimento, implicando a ideia de um tipo, que as formas, evoluindo, tendem a realizar, implica isso mesmo uma finalidade. O tipo é realizado na série, não é um produto dela: pois, se fosse um produto, como se explicaria a série? Quem diz evolução diz progresso. Ora, progresso que não tende para coisa alguma, que não tem um tipo e um fim, não se compreende. Se não há um tipo, não há medida ou termo de comparação na série, não há por conseguinte hierarquia: há variedade de formas paralelas e equivalentes, mas não desenvolvimento. No meio dessa multidão de formas inexpressivas, tudo será igualmente perfeito ou imperfeito: haverá ainda transformismo, mas não haverá evolução progressiva» (Antero de Quental [1886], 1986: 106-107).

No entanto, a despeito da sua inequívoca perspectiva teleológica, não seria adequado classificar Antero como anti-darwinista, uma vez que acolheu favoravelmente a teoria darwiniana da evolução, mas apenas na sua esfera científica própria, a biologia. Ademais, tendo em conta a concepção de filosofia que procurou desenvolver, sem sucesso, – equidistante tanto do materialismo monista como do panlogismo hegeliano – o poeta procurava integrar o mecanismo da evolução natural, sem o anular, numa escala ontológica mais elevada, procurando compatibilizar, na sua proposta filosófica, o determinismo e a «luta pela vida» com a liberdade moral e o finalismo, noções que afinal se identificavam na sua visão da evolução natural e histórica.

Em conclusão, atendendo ao carácter finalista, metafísico, idealista e fortemente humanista do pensamento filosófico de Antero – nos domínios da filosofia da história, ética e filosofia social e política – o evolucionismo filosófico, quer na sua versão monista, quer na sua versão spenceriana, foram logicamente, impugnados por Antero em nome de uma filosofia da história com horizonte metafísico. Assim

sendo, considerando o evolucionismo como uma proposta definitiva e total de explicação do universo e do homem baseada numa ideia naturalista de evolução (mais ou menos fiel à selecção natural darwiniana), deve-se concluir que Antero não foi, em termos rigorosos, um evolucionista ainda que tenha pensado filosoficamente o conceito de evolução em função das novas teorias científicas, incluindo a de Darwin.

Oliveira Martins (1845-1894)

Diferentemente do seu *compagnon de route*, Antero, Oliveira Martins representa, sem dúvida, um caso mais sério de recepção do paradigma epistémico darwiniano. Em conjugação com outras influências (por vezes contraditórias), tenta aplica-lo no domínio das ciências humanas e sociais de forma coerente e sistemática, designadamente na sua *Biblioteca das Ciências Sociais* e nas relacionadas obras históricas, em que se debruçou em concreto sobre a realidade portuguesa, numa perspectiva estrutural que marcou a cultura finissecular e suscitou vivas polémicas, sobretudo com os positivistas. Um dos pontos de discórdia mais importantes, além dos aspectos epistemológicos (Martins, apesar do seu estilo vigoroso e sugestivo, era tido como um ensaísta fantasioso e demasiado especulativo pelos seus adversários positivistas, muito preocupados com a sustentação empírica das teses), prendia-se com a releitura, algo pessimista, da imagem da nação portuguesa e da sua história. Aliás, Martins notabilizou-se por questionar, com inegável originalidade, o suporte da identidade rática, geográfica e etnológica da nação portuguesa, considerando – contra todas as aspirações nacionalistas dos republicanos – que nada de fundamental nos distinguia dos espanhóis e, assim, a independência política sempre tinha revestido um carácter artificial e voluntarista. Mais, em última análise, a nação portuguesa, entendida enquanto unidade orgânica plurifacetada, já não existia no século XIX.

Embora Martins (tal como Antero) seja um dos críticos oitocentistas mais radicais das concepções científicas, que ganhavam terreno nos anos 60 e 70 – positivismo, cientificismo, materialismo monista –, não deixou de reflectir alguns pressupostos epistemológicos naturalistas nas suas obras, precisamente porque nelas incorporou, com desenvoltura e brilho estilístico, uma matriz evolucionista e darwiniana de inteligibilidade, quiçá uma das mais genuínas e fiéis da cultura portuguesa oitocentista. Aliás, muitos dos autores que o influenciaram na construção desta matriz de inteligibilidade, como Haeckel, enquadravam-se naquela linha de orientação. Apesar do seu

auto-didactismo, as referências citadas por Martins, incluindo o próprio Darwin, atestam uma boa actualização científica para o tempo.

Com pertinência, Ana Leonor Pereira sustenta que Martins, a despeito de, à semelhança de Antero, não abdicar – numa linha imanentista – de um horizonte teleológico de compreensão dos fenómenos sociais, políticos, históricos e antropológicos (como era típico da época), também não deixa de fundamentar as suas obras em dados positivos e científicos como os factores geográficos, etnológicos e rácicos. Além disso, o que não tinha apenas a ver com o darwinismo mas adequava-se ao seu sentido anti-teleológico, atribuía ao acaso um papel importante na teoria da história. Por isso, a sua obra, ao contrário de outras obras da época, é perpassada por uma certa complexidade e tensionalidade, podendo suscitar interpretações distintas e contraditórias. No entanto, apesar das divergências de fundo com os positivistas, Martins aproxima-se, por via do seu darwinismo, das leituras naturalistas e biológicas da história que também os marcavam, evidenciando um traço característico e recorrente do pensamento português finissecular.

O sucesso do evolucionismo neste contexto relacionava-se, em grande medida, com a importância atribuída aos factores rácicos nas concepções finisseculares e com a sua adaptabilidade à teoria evolutiva de Darwin. Ora, as indeterminações relativamente ao estatuto epistémico/taxionómico do conceito de raça – as raças seriam espécies diferentes ou sub-espécies? – (bem nítidas na segunda obra de Darwin: Darwin, [1874], 2009: 198-199), decorrentes, entre outros aspectos, da falta de uma teoria genética, e a atribuição de características diferenciadoras fortes às raças, suscitaram um uso imprudente dos conceitos de concorrência vital, selecção natural e sobrevivência dos mais aptos. Nessa linha de orientação, *organicista* e não individualista, – que Martins reproduz e desenvolve com mestria –, as raças, quase equiparáveis a espécies distintas, funcionaram como entidades básicas na explicação da evolução das sociedades, povos e nações, e, nesse sentido se pôde equacionar toda a história humana como o confronto subterrâneo entre raças (ou sub-raças). O conceito operatório de «Luta pela vida entre raças» recebeu assim uma caução pretensamente científica através de uma leitura inviesada do pensamento de Darwin (cf. Darwin, [1874], 2009: 195-201), que, na nossa leitura, não desemboca necessariamente no racismo essencialista e diferenciador, nem é conclusivo a respeito do problema. O mesmo não acontece com Haeckel.

Em contrapartida, é fácil deduzir os corolários dos racios finisseculares mais radicais (trunfo das raças superiores na luta pela

vida) e os seus objectivos políticos. Com efeito, em muitas passagens das obras antropológicas e históricas de Oliveira Martins encontramos traduções eloquentes do seu racismo seleccionista, baseado na crença partilhada na época, de que os ramos da raça ariana (indo-europeia) eram superiores, em termos intelectuais e civilizacionais, em relação aos ramos semitas. A passagem transcrita a seguir, com sentido metafórico mas suficientemente expressivo, basta para o ilustrar:

«[Dá-se] (...) na marcha da humanidade, em grupos, famílias, nações diversas, um processo semelhante ao dos concursos em que nos circos da Antiguidade os carros doirados disputavam o prémio. Atropelam-se os rivais, passa-se por cima dos fracos; o que tropeçou cai, o que parou jaz esquecido na poeira da arena, e afinal fica só em campo aquele cuja força e cuja destreza tornaram vitorioso. A arena pertence-lhe. Na história, a nossa arena é o mundo; e no concurso das raças dos seus habitantes humanos, o domínio coube à dos indo-europeus que adiante de todos chegaram a conquistar os elementos de uma acção que reage sobre todos os outros povos, para os avassalar, ou para os exterminar» (Oliveira Martins [1881], 1955: 38-39).

Ora, contam-se múltiplas razões interrelacionadas para contextualizar esta perspectiva.

Em primeiro lugar, razões epistémico-científicas: as lacunas na biologia e na antropologia, em termos de modelos genéticos de explicação, impossibilitavam a infirmação conclusiva de uma noção essencialista e diferenciadora de raça com base em caracteres físicos, o que veio a suceder mais tarde, já no século XX (Ana Leonor Pereira, 2001: 164).

Por outro lado, o influxo do darwinismo social predispunha os espíritos para a aceitação de teses conotadas com a «luta de raças». Pretendia-se uma justificação científica para o predomínio das que se consideravam superiores (Klemm, Gobineau, Gumplovitz, Chamberlain). Nesta medida, a história, no quadro de uma leitura abusiva da selecção natural, passou a ser encarada como o palco de uma impiedosa luta de raças em que fatalmente haveria de vencer e dominar a mais «apta». Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, a subordinação da inteligibilidade do social a modelos pretensamente inferidos das ciências da vida, abria o caminho para formas racial-nacionalistas de «darwinismo social».

Em síntese, o racismo, tendo-se acentuado e radicalizado no século XX, foi, sem dúvida, um produto típico do pensamento do século XVIII e XIX, do processo moderno de constituição das ciências

humanas e da vida, até, paradoxalmente, da aplicação de vectores fundamentais do iluminismo. Pode-se afirmar que, neste período, o contacto, mais ou menos violento, da civilização europeia com o *outro* coincidiu com o processo de cientificação das ciências sociais e humanas e com a mundialização do capitalismo, paralelamente ao desenvolvimento dos modernos estados-nação. As concepções racialistas de Oliveira Martins, Teófilo Braga e Basílio Teles, apesar das suas fundas divergências filosóficas e políticas, constituem um bom reflexo desta tendência.

Mas, fortes razões político-ideológicas explicavam algumas destas «ideologias científicas» com pendor racialista. Além da necessidade de dar bases científicas aos nacionalismos particularistas, procurava-se legitimar, através da ciência, o colonialismo europeu, ao naturalizar a superioridade intrínseca dos colonizadores em relação aos colonizados. Procurava-se também constituir um saber técnico especializado para exercer um melhor domínio sobre o «outro» (a famosa *Sociedade de Geografia*, foi exemplar no caso português). A génese do nacionalismo agressivo parece decorrer em grande medida dos desafios colocados pelos imperialismos finisseculares. Nesta medida, a concorrência e a selecção natural aplicadas ao domínio das raças, povos e nações revelaram-se muito úteis enquanto conceitos operatórios justificadores de uma supremacia que se considerava justa e natural.

Teófilo Braga (1843-1924)

A extensa obra do republicano Teófilo Braga, particularmente nos domínios da história, sociologia e filosofia, ilustra bem, no contexto finissecular português, o compromisso teórico entre o positivismo comtiano, interpretado de forma heterodoxa e com certa originalidade (cf. Amadeu Carvalho Homem, 1989: 91-132), e o evolucionismo biológico de Darwin, a par de outras correntes científicas, como o monismo de Haeckel.

A estratégia de Teófilo passou por actualizar a filosofia positiva à luz das novas descobertas científicas, incluindo a teoria evolutiva de Darwin, cuja divulgação pública é cronologicamente posterior ao positivismo de Comte, falecido em 1857. Mas a incompatibilidade entre positivismo e darwinismo é bem mais profunda. Já a explicámos sumariamente, não só do ponto de vista das concepções biológicas que inspiraram a epistemologia/sociologia comtianas como, correlativamente, da concepção de evolução. A Lei dos Três Estados é teleológica (o progresso tende para uma ordem final, quer em termos socioló-

gicos, quer em termos epistémicos), não se coadunando com a leitura darwiniana da evolução, que aliás nunca tinha ambicionado o mesmo alcance totalizante que os «positivismos sistemáticos» (Mandelbaum) de Spencer e Comte.

Não só por ser um positivista comtiano, mas também por outras razões de fundo (a adopção de uma mundividência republicana, progressista e filo-iluminista), as concepções de Teófilo nos domínios referidos, mas em especial na história (nacional e universal), não enjeitaram uma concepção teleológica e finalista, em que a República aparecia como o coroamento jurídico-político. Em suma, como afirmou Ana Leonor Pereira, «na teoria teofiliana da história, o futuro não está em aberto, como no genuíno darwinismo» (Ana Leonor Pereira, 2001: 160).

Todavia, Teófilo soube conciliar, engenhosamente, as exigências do paradigma epistemológico darwiniano com os pressupostos positivistas do seu contributo importante no âmbito das ciências sociais e humanas. Da mesma forma que a Lei dos Três Estados, a Lei Hierárquica, ao estabelecer a filiação da sociologia na biologia, poderia potenciar uma leitura biologista, tendo em conta os pressupostos epistémicos e ónticos subjacentes, aceites no fundamental. Mas, Teófilo Braga perspectiva as bases biológicas da sociologia de uma forma mais ampla, acolhendo a teoria evolutiva de Darwin, em particular nos aspectos da selecção natural e da selecção sexual. Um dos exemplos óbvios é a relação estabelecida entre o surgimento da família monogâmica, factor de progresso civilizacional e moral no ocidente, e os mecanismos da selecção sexual.

A ancoragem biológica da vida em sociedade, não se reduzindo ao exemplo que referimos, fica particularmente nítida, nesta passagem:

«1.º a Idade, influenciando nas capacidades sexuais, mentais e morais; o Temperamento, influenciando na estrutura orgânica pela selecção, no cruzamento das raças, e portanto na sua vida histórica; 3.º a Hereditariedade, exercendo-se nos hábitos, nos vícios congénitos, na transmissão dos progressos ou qualidades adquiridas pela orientação celular, e na constituição étnica da raça; 4.º a Sexualidade, motivando a organização do par social na família pela agregação da prole, de infância morosíssima» (Teófilo Braga in Ana Leonor Pereira, 157).

À semelhança de Oliveira Martins e Basílio Teles, o enfoque positivista de Teófilo, uma vez que, no sentido biologista/evolucionista tomado, dava guarida ao racionalismo, reproduziu e serviu os preconceitos etnocêntricos e arianistas vigentes na época, tendo igualmente

justificado, na mesma linha de orientação, uma ideologia nacionalista e identitária, bastante cara ao republicanismo. Na verdade, as raças arianas ou indo-europeias, pelas suas qualidades intelectuais distintivas, eram as portadoras históricas das concepções científicas triunfantes no estado positivo. O advento da idade científica da humanidade (Lei dos Três Estados) constituía, assim, um resultado da selecção natural e podia-se enquadrar, por via do racialismo e da transmissão hereditária de caracteres vantajosos ao longo da história, numa leitura biológica do social. No entanto, o papel dos povos semitas, dadas as suas características espirituais e psicológicas tendentes à religiosidade, era também incontornável no terreno da evolução histórica, atendendo ao seu protagonismo no desenvolvimento do Estado Teológico da humanidade.

Assim o racialismo de Teófilo Braga tomou um sentido matizado e não tão essencialista, tendo sido bastante mais favorável à miscigenação ou cruzamento de raças, contrariamente a Basílio Teles, por exemplo, que era profundamente anti-semita, até na sua interpretação nortista e arianista da história e identidade de Portugal (e na interpretação da Lei dos Três Estados). Por outro lado, o seleccionismo racialista de Braga afigura-se mitigado pela vertente humanitária e universalista bebida em Comte e subjacente à ideologia republicana.

Mas, uma vez mais, a justificação científica do nacionalismo identitário, a partir de bases etnológicas, rácicas, mesológicas e culturais, constitui um factor decisivo (embora não exclusivo) para compreender o sentido específico que o seu racialismo tomou, tendo em conta a matriz darwiniana de inteligibilidade dos fenómenos sociais, antropológicos e históricos. Contrariamente à tese martiniana, a originalidade etnológica e cultural do povo português – manifestada na sua cultura e expressões artísticas – era uma evidência científica e devia-se em grande medida aos cruzamentos favoráveis (à luz da selecção natural) que o tinham originado, entre povos de extracções rácicas diferentes. Eis uma síntese possível das criticadas teses «moçarabistas» de Teófilo que tão determinantes foram em toda a sua obra.

Encontrava-se assim plena justificação, além de meros factores voluntaristas e políticos, para a existência de uma nação autónoma na Península Ibérica.

Basílio Teles (1856-1923)

O pensamento de Basílio Teles, outro distinto intelectual republicano, mostra bem até que ponto o positivismo comtiano poderia

funcionar também como obstáculo epistemológico (e ideológico) em relação à assimilação profunda do evolucionismo enquanto darwinismo social com implicações individualistas ou enquanto biologismo radical.

A forma como equaciona, do ponto de vista epistémico, a filiação das ciências sociais e humanas nas ciências biológicas e mecânicas, é exemplar de uma recusa do biologismo estrito, embora ponha em causa a coerência do seu pensamento: por um lado porque defende o racialismo e as suas pretensas bases fisiológicas diferenciadoras; por outro lado porque a divisão das ciências não se coaduna com o paradigma epistemológico mecanicista e unitário que, na qualidade de positivista convicto, abraça.

Vejamos um ponto relevante, a antropologia. Para Basílio Teles, de acordo com os dados da ciência social, o homem não seria um ser pacífico ou bom por natureza, mas, pelo contrário, um ser violento e guerreiro. Esta perspectiva parece contrariar as visões perfectibilistas e iluministas que influenciaram o ideário republicano. Assim, o homem, ao contrário dos animais, cujos comportamentos agressivos eram impulsionados apenas pela busca de alimento e pela reprodução, não lutaria apenas pela «sobrevivência». Mais do que apenas sobreviver, procurava impor aos demais o seu domínio ou «luta pela prevalência», expressão usada por Basílio Teles para significar a «concorrência» encarniçada que marca a história dos povos, a qual, em última instância, seria determinada pela sua filiação rática diferenciada.

Contudo, ao contrário dos darwinismos sociais coevos, o conceito de «selecção natural» não seria transponível, sem mais, para o domínio das ciências sociais. O pensamento de Basílio Teles, parecendo, no seu acendrado nacionalismo rático, adequar-se aos «darwinismos sociais» – que exaltavam a selecção natural no plano da «luta entre raças» ou povos – não se lhes poderia equiparar. Mas, em última análise, desembocava numa perspectiva aparentada e igualmente tendente à *naturalização* do domínio, isto é, à justificação científica da *supremacia* dos mais fortes sobre os mais fracos, dos povos superiores sobre os inferiores, das raças superiores sobre as inferiores. Afinal, a leitura de Spencer, a despeito das reservas epistémico-ideológicas em relação ao seu evolucionismo individualista, pode ter marcado o pensamento de Teles. A concepção individualista, não sendo operativa no plano da vida social interna a cada povo, transferiu-se, afinal, para o terreno das relações entre os *povos*, sempre determinados pelas suas filiações ráticas.

Sendo um positivista comtiano (embora heterodoxo), não se afigura espantoso que Basílio Teles rejeitasse a simples transposição de uma lei biológica para o domínio social e político – atendendo à superior complexidade da sociologia –, ou, inversamente, o vício antropomórfico de interpretar a «luta pela existência» animal, à luz da noção humana de «guerra». Como escreveu, com certa ironia, já no termo na sua carreira de publicista activo:

«No mundo dos animaes e das plantas não existe, no sentido próprio do termo, uma «guerra», uma «lucta pela existencia» [...], com resalva das formigas, cujos recontros guerreiros eu próprio observei quando rapaz. Mas a negativa prova apenas que Von Bernhardi laborava n'um equívoco ao generalisar o seu conceito de lucta; jamais que esta lucta armada, a guerra, não seja uma das feições predominantes e características do homem. *Não é no terreno da Biologia, é no da Psychologia e da História, no terreno social em resumo, que o problema deve ser posto, e só n'estes terrenos resolvido. [...] A história humana, nos seus episódios capitaes e decisivos, da vida interna e da vida externa dos Povos, sobretudo em todas as crises e nos momentos creadores, é com effeito uma guerra, encarniçada e cruenta, uma guerra á mão armada*» [sublinhado nosso] (Basílio Teles, 1920: 126).

Por outro lado, quer por razões de subtileza epistemológica, quer por razões ideológico-políticas (pessimismo antropológico de pendor conservador), que é virtualmente impossível destrinçar, a perspectiva de Basílio Teles em relação ao modelo teórico das ciências sociais acaba por ter corolários graves, já que a noção, puramente biológica de «Luta pela existência» é substituída pela noção, qualitativamente distinta mas similar ou equivalente nas consequências, de «Luta pela prevalência». Ora, em última análise, a naturalização do domínio é amplificada, por via desta categoria, que consubstancia a cesura existente, no seio das «ciências da organização», entre as ciências biológicas e sociais. Ela acontece pois o exercício natural da violência humana tem implicações bastante mais avassaladoras, e diferentes *em natureza*, do que a violência limitada (a necessidades reprodutivas/alimentares/territoriais) dos animais. Curiosamente, a separação (epistémica e ôntica) de planos entre biologia e sociedade funciona aqui num sentido fortemente anti-humanista, ao contrário do que por vezes sucede:

«[...] Entre homens, e nas sociedades humanas, não se lucta só pela conservação, pela defeza da vida; lucta-se pela sua expansão, pela sua prevalência, quero dizer, pelo predomínio de certas formas determi-

nadas d'existir. Procura-se impôr, promover a victória d'estas formas de vida, instituições, ideias, doutrinas, programmas, etc., a quaesquer outras formas concorrentes» (Basílio Teles, 1920: 127).

De facto, entre outras, as obras de Basílio sobre a primeira guerra, ao arrepio de toda uma tradição política oitocentista de federalismo – em grande medida republicana, mas também socialista –, fornecem uma das defesas mais intransigentes e desassombradas do egoísmo nacional, arvorado a virtude política por excelência dos povos maduros. Da mesma forma, procura impugnar, em nome do conhecimento científico e do mesmo tipo de argumentos, todas as concepções humanitárias, pacifistas e federalistas que marcaram o início do século, que estariam condenadas a falhar por irrealistas.

No entanto, e concluindo, a recusa teórica do darwinismo social (não da selecção natural a um nível biológico) que, aparentemente, obedece a critérios epistémicos coerentes com o positivismo de filiação comtiana do autor (numa leitura diferente de Teófilo), não será tão evidente como aparenta. Em termos práticos, a discriminação conceptual entre «luta pela sobrevivência» e «luta pela prevalência» afigura-se mais terminológica/formal do que real. No fundo, à semelhança de Martins – e pelas razões já evocadas – as teses de Basílio Teles sobre a história nacional e universal, embora sejam acentuadamente divergentes, estão também subordinadas a uma concepção racialista e biológica de raça que, em última análise, dava caução científica ao arianismo; e em que a selecção natural e o triunfo dos mais aptos (independentemente da terminologia usada) conduziam fatalmente aos resultados previstos, ou seja, ao triunfo da raça ariana e dos seus diferentes ramos, também eles hierarquizáveis e diferenciáveis. Contra o próprio Comte, Basílio Teles havia sustentado que a Lei dos Três Estados só se applicava aos povos arianos, sendo que os povos semitas, pelas suas debilidades intelectuais congénitas, nunca poderiam ultrapassar o estado teológico.

Finalmente, a sua interpretação da história europeia e nacional, em especial o papel positivo que a nação portuguesa (tendo em conta a sua filiação rácica num ramo menos dotado da raça ariana) poderia ainda desempenhar no futuro, não é tão pessimista como a de Oliveira Martins, nem poderia ser (estamos perante um republicano). Mas é similar no sentido em que reproduz, à sua maneira, a «Luta entre Raças» e uma matriz seleccionista com sentido organicista e anti-individualista.

Bibliografia

- BECQUEMONT, Daniel, *Darwin, Darwinisme, Evolutionnisme*, Paris, Éditions Kimé, 1992.
- BECQUEMONT, Daniel, MUCCHIELLI, Laurent, *Le cas Spencer*, Paris, Presses Universitaires de France, 1998.
- BERLIN, Isaiah, *Os Filósofos das Luzes* in *O Poder das Ideias*, Lisboa, Relógio d'Água, 2006, pp. 61-80.
- CANGUILHEM, Georges, LAPASSADE, Georges, *Du développement à l'évolution au XIX^e siècle*, Paris, P.U.F., 1962.
- CANGUILHEM, Georges, *Etudes d'histoire et de philosophie des sciences concernant les vivants et la vie* (1968), Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 2002, 7.^a Edição.
- *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida* (1977), Lisboa, Edições 70, s.d.
- De Darwin au darwinisme: science et idéologie – Congrès international pour le centenaire de la mort de Darwin* (Édition préparée par Yvette Conry), Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1983.
- COELHO, J. Augusto, *A Theoria da História*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1914.
- CORDEIRO, Caldas, *Summario da Filosofia Evolucionista de Herbert Spencer*, Lisboa, 1898.
- DARWIN, Charles, DARWIN, Charles, *The Origin of Species* (1859), London, Penguin Books, 1985.
- *A Origem do Homem e a Seleção Sexual* (1874), Lisboa, Relógio D'Água, 2009.
- DAWKINS, Richard, *O Gene Egoísta* (1989), Lisboa, Gradiva, 2003.
- FIOLHAIS, Carlos, *Darwin entre nós*, prefácio a TRINCÃO, Paulo, *O Português que se correspondeu com Darwin*, Lisboa, Gradiva, 2009, pp. 5-11.
- HAUGHT, John F., *Cristianismo e Evolucionismo – em 101 perguntas e respostas*, Lisboa, Gradiva, 2009.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A ideia republicana em Portugal – O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- , *A teorização republicana perante o socialismo* in *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2001, pp. 134-157.
- MARTINS, J.P. Oliveira, *Elementos de Antropologia* (1880), Lisboa, Guimarães Editores, 1954.
- , *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881), Lisboa, Guimarães Editores, 1955, 2 vols.
- PEREIRA, Ana Leonor, *Darwin em Portugal [1865-1914] – Filosofia, História, Engenharia Social*, Coimbra, Livraria Almedina, 2001.
- QUATREFAGES, A. De, *Charles Darwin et ses précurseurs français – étude sur le transformisme*, Paris, Germer Baillère, 1870.

- QUENTAL, Antero de, *Obras Completas – Filosofia* (organização, introdução e notas de Joel Serrão), Lisboa, Editorial Comunicação, 1986.
- RUSE, Michael, *Pode um darwinista ser cristão? – As relações entre ciência e religião*, Lisboa, Ana Paula Faria – Editora, 2009.
- TELES, Basílio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro – esboço de História Política* (1905), Lisboa, Portugália Editora, 1968 (2.^a Edição: prefácio e índices por Augusto da Costa Dias).
- *O Estatuto dos Povos (Contra-projecto ao Pacto da Liga das Nações)*, Porto, Livraria Moderna, 1920.
- TORT, Patrick, *La pensée hiérarquique et l'évolution*, Paris, Aubier, 1983.
- *Spencer et l'évolutionnisme philosophique*, Paris, P.U.F., 19 ?
- TRINCÃO, Paulo Renato, *O Português que se correspondeu com Darwin*, Lisboa, Gradiva, 2009.
-